

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACVEST  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
LETÍCIA GOEDERT

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
CONSULTORIA CONTÁBIL: A APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS  
CONTÁBEIS NA FORMAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

LAGES  
2019

LETÍCIA GOEDERT

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
CONSULTORIA CONTÁBIL: A APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS  
CONTÁBEIS NA FORMAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
ao Centro Universitário UNIFACVEST  
como parte dos requisitos para a obtenção do  
grau de Bacharel em Ciências Contábeis

Prof. Orientador Ceniro Ferreira de Sousa

LAGES  
2019

LETÍCIA GOEDERT

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
CONSULTORIA CONTÁBIL: A APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS  
CONTÁBEIS NA FORMAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
ao Centro Universitário UNIFACVEST  
como parte dos requisitos para a obtenção do  
grau de Bacharel em Ciências Contábeis

Prof. Orientador Ceniro Ferreira de Sousa

Lages, SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2019. Nota \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(assinatura do orientador do trabalho)

\_\_\_\_\_  
Prof. Ceniro Ferreira de Sousa,  
Coordenador do Curso de Ciências Contábeis

LAGES  
2019

# **CONSULTORIA CONTÁBIL: A APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONTÁBEIS NA FORMAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Letícia Goedert<sup>1</sup>  
Ceniro Ferreira de Sousa<sup>2</sup>

## **RESUMO**

Os princípios contábeis são essenciais para as ciências contábeis e seguem o critério de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC). O trabalho tem como objetivo demonstrar a importância da consultoria acerca dos princípios contábeis dentro das organizações de pequeno porte, no quesito de qualidade dos serviços na profissão do contador, na base de sua conduta e também na conduta das empresas buscando resguardar a continuidade da mesma. É utilizado como metodologia principal a pesquisa, com entrevista com alguns empresários locais. A pesquisa é realizada na cidade de Bom Retiro/SC. O estudo analisa se os princípios contábeis em pequenas empresas estão em conformidade com o que é declarado pelo Conselho Federal de Contabilidade. Como resultado da pesquisa percebe-se que investir em consultoria é de extrema importância em empresas pequenas.

Palavras-chave: Princípio, Consultoria, Profissão;

---

<sup>1</sup> Acadêmica da 8ª fase do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIFACVEST.  
<sup>2</sup> Coordenador do Curso de Ciências Contábeis de do Centro Universitário UNIFACVEST.

# **CONSULTORIA CONTÁBIL: A APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONTÁBEIS NA FORMAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Letícia Goedert<sup>3</sup>  
Ceniro Ferreira de Sousa<sup>4</sup>

## **ABSTRACT**

Accounting principles are essential to the accounting sciences and follow the legitimacy criterion of the Brazilian Accounting Standards (NBC). This paper aims to demonstrate the importance of consulting on accounting principles within small organizations, regarding the quality of services in the accounting profession, on the basis of their conduct and also on the conduct of companies seeking to safeguard its continuity. The main methodology is the research, with interviews with some local entrepreneurs. The research is conducted in the city of Bom Retiro / SC. The study examines whether accounting principles in small businesses conform to what is stated by the Federal Accounting Council. As a result of the research it is clear that investing in consulting is of utmost importance in small businesses.

Key words: Principle, Consulting, Profession.

---

<sup>3</sup> Acadêmica da 8ª fase do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIFACVEST.  
<sup>4</sup> Coordenador do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIFACVEST.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
1.1 Justificativas.....	8
1.2 Objetivos.....	8
1.2.1 Objetivo Geral .....	8
1.2.2 Objetivos Específicos .....	8
1.2.3 Metodologia.....	9
<b>1.3 CONSULTORIA CONTÁBIL: A APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONTÁBEIS NA FORMAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS .....</b>	<b>10</b>
1.3.1 Princípio da Entidade.....	11
1.3.2 Princípio da Continuidade .....	12
1.3.3 Princípio da Oportunidade.....	12
1.3.4 Princípio do Registro pelo Valor Original.....	13
1.3.5 Princípio Competência .....	13
1.3.6 Princípio da Prudência.....	14
<b>2 ESTUDO DE CASO: A APLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS CONTÁBEIS EM PEQUENAS EMPRESAS DA CIDADE DE BOM RETIRO/SC.....</b>	<b>15</b>
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>20</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>21</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Com todo o processo de transformação, globalização e todo o crescimento econômico a profissão contábil vem ganhando cada vez mais atenção e importância no mercado, isso trouxe aliado a conduta ética cada vez mais responsabilidades no exercício de sua função.

A contabilidade possibilita através de suas técnicas, obter um controle do Patrimônio da empresa, compartilhando as informações necessárias para tomada de decisões internas e externas. É também um conjunto de saberes sistematizados, com princípios e normas.

Portanto, para se desempenhar o exercício dessa ciência social aplicada o Conselho Federal de Contabilidade criou as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e juntamente com essas normas acompanham certos princípios: Princípio da Entidade; Princípio da Continuidade; Princípio da Oportunidade; Princípio do Registro pelo Valor Original; Princípio da Competência; e Princípio da Prudência.

As micro e pequenas empresas, segundo pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2003), são definidas pela gestão informal, fraca qualidade gerencial e escassez de recursos, mostrando-se necessitadas de orientação. O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE BRASIL, 2011, p. 1) complementa que 58% das empresas de pequeno porte fecharam as portas antes de completar cinco anos.

O objetivo do trabalho tem como apresentar a ideia de que o trabalho de consultoria aplicado aos princípios contábeis é de extrema importância para as organizações, principalmente para as micro e pequenas empresas, as quais apresentam maiores dificuldades quanto a orientações.

A metodologia utilizada esta enriquecida com autores que abordam o assunto, além de dados do IBGE e também do SEBRAE possibilitaram um maior entendimento e contribuição com a pesquisa. A pesquisa realizada busca entender o perfil das empresas locais e entender o papel do contador como consultor acerca da divulgação e explicação aos gestores dos princípios e sua importância. Para a realização da pesquisa foi utilizado o método descritivo e qualitativo e pesquisa local na cidade de Bom Retiro/SC.

Observando o caráter que regulamenta os Princípios Fundamentais da Contabilidade, estes devem ser obrigatoriamente seguidos para exercer a profissão contábil e integrar a legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade.

A aplicação dos princípios contábeis tem sido alvo de grandes pesquisas, não apenas para fiscalizar a conduta do profissional contábil como também para evitar o fechamento de



muitas empresas. As informações precisamente corretas são de enorme importância para o desenvolvimento e crescimento das organizações.

A consultoria não seria uma solução para a pesquisa realizada e acerca apenas dos princípios contábeis. Realizar todas as tarefas não é uma coisa difícil porém realizar e entender o porquê está sendo feito dessa forma é realmente significativo.

## **1.1 Justificativas**

As micro e pequenas empresas desempenham um papel importante na economia. O município de Bom Retiro apresenta 531 empresas atuantes no mercado, segundo dados do IBGE no ano de 2017. Em 2011, as micro e pequenas empresas foram responsáveis por 100,0% do número de empresas no município e 100,0% dos empregos formais.

Percebe-se que a descontinuidade de micro e pequenas empresas é cada vez mais evidente, as ações e decisões de pequenas empresas na maioria das vezes são tomadas na base da intuição.

Para evitar que isso aconteça é necessário começar desde a base, orientando os gestores por meio de consultoria acerca dos Princípios Contábeis. É inegável sua importância, eles são a base de toda a profissão, a ideia inicial para o desenvolvimento de todos os processos contábeis.

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

O principal objetivo é descrever os princípios contábeis e demonstrar a importância do princípio da entidade quanto a execução de todos os processos contábeis dentro das micro e pequenas empresas e identificar a utilização ou não utilização de consultoria contábil acerca desse princípio na cidade de Bom Retiro/SC.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- Descrever a aplicação dos Princípios Contábeis;
- Compreender possíveis dificuldades em colocar em prática os princípios;

- Identificar o nível de conhecimento dos gestores das micro e pequenas empresas quanto aos princípios contábeis;
- Apurar a qualidade dos serviços de consultoria prestados na cidade de Bom Retiro/SC.

### 1.2.3 Metodologia

A metodologia está enriquecida de autores que abordam o assunto e o conceituam, pesquisas de artigos, revistas e aulas que influenciaram para o desenvolvimento do trabalho, moldadas pelas normas de metodologia vigente, autores como Sérgio de Iudícium, Hilário Franco entre outros que fundamentam a pesquisa desse estudo, tornando suas contribuições de grande importância para entendimento do assunto.

O universo da pesquisa foram algumas micro e pequenas empresas localizadas na cidade de Bom Retiro e também os escritórios de contabilidade existentes na cidade.

Os dados do IBGE e também do SEBRAE possibilitaram um grande enriquecimento na pesquisa e no estudo de caso desenvolvido.

### **1.3 CONSULTORIA CONTÁBIL: A APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONTÁBEIS NA FORMAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Consultoria pode ser uma palavra com significados bastante amplos, em resumo geral pode ser definida como aconselhamento. Em conformidade, Block (2001, p. 22) define: “A consultoria em sua melhor forma é um ato de amor: o desejo de ser genuinamente útil a outros. Usar o que sabemos, ou sentimos, ou sofremos no caminho para diminuir a carga dos outros”.

Um princípio pode ser definido como o início de tudo, a base de algo, a raiz, o primeiro momento da existência (de algo), ou de uma ação ou processo. O dicionário Aurélio (2001) define o substantivo princípio como “a proposição que lhe serve de base, ainda que de modo provisório, e cuja verdade não é questionada ou ainda como uma norma ou lei a ser seguida”. Conseqüentemente a está lógica, os Princípios Contábeis são do que normas a serem utilizadas pelas empresas na execução de suas atividades e pelos profissionais durante o exercício da profissão.

Unindo-se os dois conceitos, consultoria aplicada aos princípios, busca-se aconselhar as micro e pequenas empresas, que são as que mais sofrem para manter sua estabilidade no mercado, desde a base da abertura das empresas, dando pleno conhecimento aos gestores sobre os princípios que regem a contabilidade.

A contabilidade é uma ciência que coleta dados, demonstrações e verifica a situação econômica e financeira de uma organização, transferindo essas informações aos usuários que possuam relação com a entidade. Para que isso seja colocado em prática, os princípios devem ser utilizados, são eles as regras, a base para o melhor entendimento do processo contábil como um todo, tendo como objetivo criar padrões, a fim de que as demonstrações das entidades possam ser comparadas em bases igualitárias.

Os princípios contábeis são obrigatórios no exercício da profissão sendo conceitos básicos que constituem o núcleo essencial que se deve guiar a profissão na consecução dos objetivos da contabilidade, apresentando informações estruturadas para seus usuários. Constituem a condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade.

“Os Princípios de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científicos e profissional de nosso País. Concernem, pois à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objetivo é o patrimônio das entidades.” (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2010)

Em complemento a resolução 1282/10 do CFC, Marion;Iudícuis (pag.89) afirma que “os princípios são a forma, o meio e a estrutura de que a disciplina se utiliza para chegar aos objetivos ou, às vezes, para melhor entender o que vem sendo praticado há muito tempo.”

No ano de 1946 foi criado o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que foi instituído para fiscalizar o exercício contábil por meio dos seus Conselhos Regionais de Contabilidade, onde criaram-se os Princípios contábeis com o intuito de tornar padrão os procedimentos e tornar a documentação mais confiável e de fácil comparação. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE,2010)

Os princípios surgiram um pouco depois da criação do CFC. No Brasil, em 1993 por meio das resoluções 750/93 e 774/94 criaram-se os Princípios Contábeis: Entidade; Continuidade; Oportunidade Registro pelo Valor Original; Atualização Monetária; Competência e Prudência.

Em constante atualização, foi publicado em 2010 a Resolução 1.282 que em mudança da CFC 750/93 onde foi somente alterado e diminuído o princípio da Atualização Monetária onde os possíveis efeitos monetários seriam regulamentados dentro do Princípio do Registro pelo Valor Original.

### 1.3.1 Princípio da Entidade

Este princípio é o início de todo o encadeamento do raciocínio contábil e do esqueleto da disciplina. O CFC estabelece na resolução 1.282/10: “o patrimônio da entidade não se confunde com os dos seus sócios ou acionistas”.

“Art. 4º - O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2010).

Conclui-se que a contabilidade registrará as informações que interferem no patrimônio da entidade, e não dos seus proprietários. A contabilidade de uma organização nunca deve se misturar com a de seus sócios, em consonância o patrimônio dos sócios também não deve se misturar com o de sua empresa.

### 1.3.2 Princípio da Continuidade

Em muitos estudos este princípio é conhecido por ser um Postulado Ambiental. Este princípio baseia-se em alegações de que a entidade vai funcionar por um período indeterminado, sendo assim, de que a empresa nunca será extinta.

“A vida da entidade é continuada; por consequência, como as demonstrações contábeis são estáticas, não podem ser desvinculadas dos períodos anteriores ou subsequentes. Ocorrendo a descontinuidade, o fato deve ser divulgado. As demonstrações contábeis são normalmente preparadas no pressuposto de que a entidade continuará em operação no futuro previsível.” (ALMEIDA, pag. 13)

Em caso de a empresa ter um resultado desfavorável a um bom rendimento, ela está sujeita a investigação realidade pelo Conselho e em seguida ser encerrada. A organização realizará seus ativos ao estar em funcionamento e gerando lucros de acordo com a possibilidade de realização de suas operações no futuro, e não com a venda ou retorno imediato. Deve se pressupor que a entidade não irá fechar, sendo assim será continua.

### 1.3.3 Princípio da Oportunidade

O Princípio da Oportunidade é indispensável para a veracidade das informações sobre o patrimônio da empresa relativas a um certo tempo e com o emprego de quaisquer procedimentos técnicos e refere-se em que situação e determinado momento deve ser registrados as variações do patrimônio. É o conceito que alguns sistemas de normas nomeiam como representação fiel da informação.

Conforme Crepaldi, 2010, pg. 09, “O princípio da oportunidade refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro das mutações patrimoniais, determinando que este seja feito no tempo certo e com a extensão correta.”

A essência do Princípio da Oportunidade é o registro da operação no período de sua ocorrência, mesmo utilizando quantias estimadas ou complementando posteriormente as provas documentais.

#### 1.3.4 Princípio do Registro pelo Valor Original

O princípio do Registro pelo valor Original institui que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados na data de sua aquisição, independentemente de sua quitação, e pelo valor de aquisição ou fabricação expresso em moeda nacional. Também determina que o valor do objeto em questão é o valor efetivamente pago por ele.

“O princípio defende que os registros devem ser feitos pelos valores de entrada e determina, ainda em que parágrafo único, que esse valor deve ser mantido enquanto o bem fizer parte do patrimônio. Tão somente atualizações monetárias ao valor de entrada devem ser consideradas em termos de ajustes ao valor do bem. Tem uma relação direta com o princípio do custo como base de valor.” (COELHO:LINS, 2010, pg 200)

Nota-se algumas dificuldades para a realização deste princípio: a inflação onde o preço do objeto varia ao longo do tempo, ainda entre a data de aquisição e o seu pagamento efetivo; outro problema é em relação ao custo porque no valor pago por o bem há inclusão de todos os gastos para coloca-lo em uso, como seguro, frete, manutenção e etc.

#### 1.3.5 Princípio Competência

Este Princípio registra as variações que ocorre no patrimônio das empresas. Essas mudanças devem ser registradas no período da ocorrência do fato, quando consumidas ou quando realizadas, e não quando pagas ou recebidas, devendo estar incluídas na apuração do resultado do período mesmo que não estejam pagas ou recebidas. Complementando:

A competência é o princípio que estabelece quando um determinado componente deixa de integrar o patrimônio, para transformar-se em elemento modificador do patrimônio líquido. Dá confrontação entre o valor final dos aumentos do Patrimônio são chamadas de “receitas” e das suas diminuições “despesas”. (IUDÍCIUS, 2000, p. 109)

O princípio da competência respeita a cronologia em que os fatos aconteceram.

### 1.3.6 Princípio da Prudência

O Princípio da Prudência são analisados quando se tem dúvidas sobre a correção dos valores a serem registrados, sendo ser utilizado menor valor para os ativos e do maior valor para os do passivo. A prudência é uma atitude indispensável para que a avaliação não atinja valores irrealizáveis, ou constituir uma superavaliação.

Os princípios da realização e da prudência se complementam, sendo mesmo interdependentes. A realização somente tem possibilidade de se efetivar pelo valor de avaliação quando esta é realizada com prudência e de forma adequada em relação a cada caso, especificadamente considerado. (FRANCO,1997, p. 203)

Ao decidir entre dois valores válidos a serem reconhecidos é vital para a empresa, pois, evita que o ativo esteja exageradamente evidenciado – que irá gerar consequências ou que as obrigações estejam bem representadas.

## **2 ESTUDO DE CASO: A APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE EM PEQUENAS EMPRESAS DA CIDADE DE BOM RETIRO/SC.**

Apresentam-se o perfil dos respondentes do referido instrumento de pesquisa; A caracterização das empresas pesquisadas; Informações referentes à relação dos gestores destas pequenas empresas com os Profissionais de Contabilidade; Questões pertinentes à distinção do patrimônio físico e jurídico.

Busca-se destacar que este estudo de caso é um estudo de caso local, realizado na cidade de Bom Retiro/SC, onde a população estimada de 2019, segundo dados do IBGE é de 9966 pessoas, considerada uma cidade pequena, de economia baseada na agricultura.

De acordo com o IBGE, dados de 2017, o município de Bom Retiro possui 531 empresas atuantes no mercado e a grande maioria das empresas locais são consideradas microempresas (505), pequenas empresas (24), de médio porte (1) e de grande porte (1). A cidade possui dois escritórios de contabilidade e um deles presta assessoria contábil.

Nesta pesquisa foi utilizado o grupo das pequenas empresas, com um percentual de pesquisa de 41,66% de entrevistados. Atuam em diferentes setores da economia, como: alimentício; comércio diversificado; saúde; materiais de construção; prestação de serviço e educação.

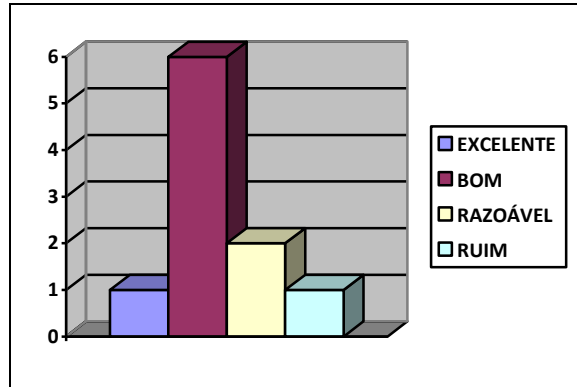
Neste estudo foram realizadas entrevistas com dez empresários. Destaca-se que seis dos entrevistados eram homens e quatro mulheres, sendo que destes dez entrevistados apenas cinco deles possuem nível superior.

- Relação dos serviços prestados

Em primeira seção foram avaliados os serviços prestados pelo profissional de Contabilidade das referidas empresas. Apenas um entrevistado respondeu que era excelente, dois dos entrevistados responderam que são razoáveis, seis responderam que era bom e um respondeu que era péssimo.

Figura 1 – Avaliação dos Serviços prestados





Fonte: Autora

Questionados o motivo de considerar um profissional contábil bom usaram a justificativa de que cumprem as obrigações fiscais e tributárias corretamente.

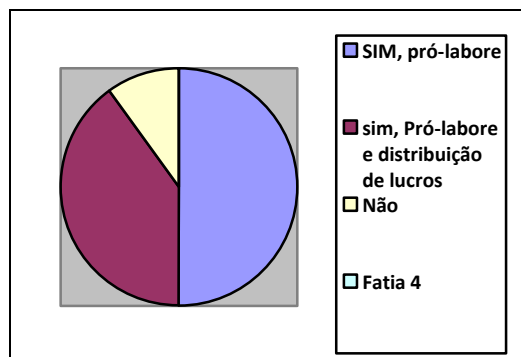
- Diferença do patrimônio físico e jurídico

Tendo como base o Princípio da Entidade Contábil, procurou-se saber a respeito de seu cumprimento por parte dos administradores das empresas pesquisadas.

a) retirada de pró-labore e ou distribuição de lucros

Cinco responderam que fazem retirada de pró-labore, quatro responderam que fazem a retirada de pró-labore e recebem distribuição de lucros e apenas um respondeu que não recebe pró-labore e nem distribuição de lucros, o que pode ser entendido como um indício de violação do princípio.

Figura 2

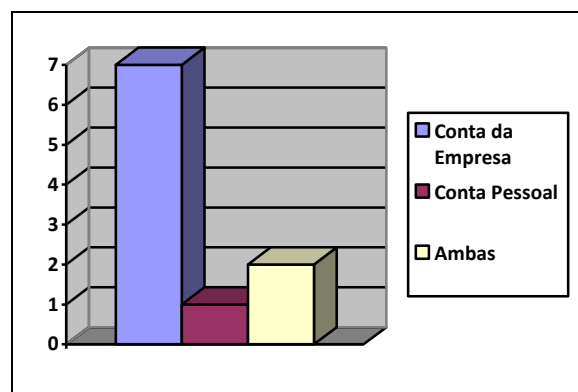


Fonte: Autora

- Movimentação de recursos da empresa

Sendo questionados a respeito de qual meio utilizavam para a movimentação dos recursos da empresa, dez por cento mencionou utilizar-se da conta bancária pessoal para esta finalidade, enquanto setenta por cento relatam que faz uso apenas da conta bancária da própria empresa, e vinte por cento dos gestores se utilizam de ambas as contas (pessoal e empresa).

Figura 3 – Movimentação de recursos da empresa



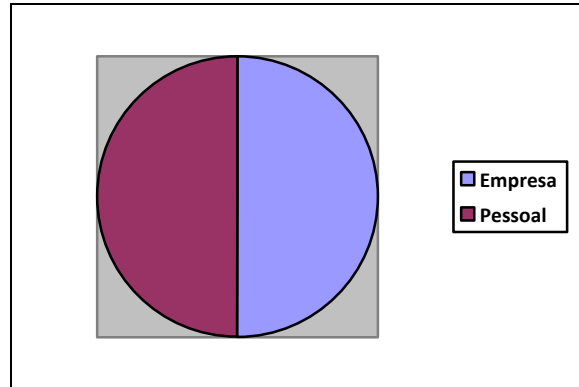
Fonte: Autora

Os resultados apresentam que 30% dos entrevistados utilizam as contas pessoais para movimentar os recursos da empresa, o que é algo relevante ao se tratar do princípio da entidade.

- Utilização dos recursos da empresa para cobertura de despesas pessoais

Nesta questão cinquenta por cento responderam que utilizam os recursos da empresa para pagamento de contas pessoais e cinquenta por cento que não utilizam.

Figura 4 – Pagamento de despesas pessoais



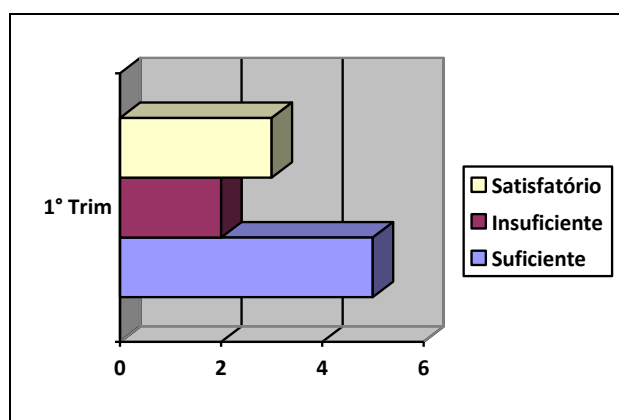
Fonte: Autora

Como se pode observar, 50% dos administradores relatam que utilizam da conta bancária da empresa para cobrir suas despesas pessoais, desrespeitando o Princípio da Entidade Contábil.

- Classificação do conhecimento em contabilidade

Nesta questão foram interrogados com três opções: conhecimento suficiente em contabilidade para conduzir seu negócio; conhecimento satisfatório para conduzir seu negócio e última opção insuficiente para conduzir seu negócio.

Figura 5 – Conhecimento em Contabilidade



Fonte: Autora

Nesta questão, Longenecker, Moore e Petty (1997, p. 516) afirmam que “todo empresário deve ter conhecimento suficiente sobre o processo contábil, inclusive sobre demonstrativos financeiros, para poder reconhecer quais métodos contábeis poderão funcionar de forma mais vantajosa em suas empresas”.

- Orientação do Profissional em Contabilidade quanto ao Princípio da Entidade

Questionados sobre a orientação do profissional de contabilidade responsável pela sua empresa sete dos entrevistados responderam que não recebem apoio do profissional neste quesito, e três dos entrevistados responderam que recebem.

Os números da pesquisa referente aos empresários que não recebem apoio são preocupantes. Muitos não sabem do que precisam e os contadores tem dificuldades de passar a informação. O parecer do profissional Contábil é fundamental na execução de todos os procedimentos realizados na empresa, devendo ser apresentada de maneira simples e de fácil entendimento.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pelo decorrer do trabalho, o objetivo foi explicar todos os princípios contábeis de forma o entendimento sobre os mesmos tem de relevância dentro de qualquer organização, principalmente para as micro e pequenas empresas.

Buscando autores que contribuem com o assunto e também declarações do Conselho Federal de Contabilidade fundamentam a pesquisa deste trabalho. O questionário possibilitou uma visão sobre as microempresas e as formas que elas conduzem seu negócio. O universo da pesquisa foram algumas micro e pequenas empresas localizadas na cidade de Bom Retiro e também os escritórios de contabilidade existentes na cidade.

O resultado da pesquisa mostra que ainda há deficiência no conhecimento dos princípios contábeis pelos gestores/administradores das pequenas empresas locais. Nas indagações a maioria dos empresários responderam estar satisfeitos com o serviço prestado pelos escritórios da cidade. Porém isso não modifica o fato de que alguns princípios estão sendo violados e que o nível de conhecimento em contabilidade dos administradores não seja suficiente para manter a continuidade do seu negócio.

A consultoria contábil seria uma solução aplicada ao resultado da pesquisa realizada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Cavalcanti Marcelo: **Contabilidade Intermediária**; Editora Atlas 4ª Edição: São Paulo, 2013.

BLOCK, P. **Consultoria: o desafio da liberdade**. São Paulo: Makron Books, 2001.

BRASIL. Decreto Lei nº 9.295 de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) Acesso em 02 de junho de 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Disponível em: <https://cfc.org.br/> Acesso em 22/05/2019 às 19:37.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso Básico de Contabilidade**. 6ª Edição: São Paulo: Editora Atlas, 2010.

FERREIRA, A. B. H. Aurélio século XXI: **O dicionário da Língua Portuguesa**. 4. ed. revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FRANCO, HILÁRIO. **Contabilidade geral**. 23ª Edição. São Paulo: Editora Atlas:1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/bom-retiro/pesquisa/38/46996> Acesso em: 23/08/2019 às 20:24.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, **Introdução à teoria da contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 6ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

LINS, Luiz dos Santos; COELHO, Claudio Ulysses Ferreira, **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas S A, 2010.

LONGENECKER, Justin Gooderl; MOORE, Carlos W; PETTY, J. William. **Administração de pequenas empresas: ênfase na gerencia empresarial**. São Paulo: Pearson Makron Books, 1997.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESA. Disponível em: <http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Bom-Retiro.pdf> Acesso em: 13/11/2019 às 19:42.

## ANEXO I – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

- 1- Como você considera o serviço prestado por seu contador em aspectos gerais?  
 Excelente  
 Razoável  
 Bom  
 Péssimo
  
- 2- Qual o meio utilizado para retirar o capital investido na empresa?  
 Pró-labore  
 Pró-labore e distribuição de Lucros  
 nenhuma das opções acima
  
- 3- Qual o meio utilizado para movimentar os recursos da empresa?  
 Conta da Empresa  
 Conta pessoal  
 Ambas
  
- 4- Qual meio é utilizado para pagamento das despesas pessoais?  
 Recursos da Empresa  
 Recursos próprios
  
- 5- Como você avalia seu conhecimento em contabilidade para conduzir seu negócio?  
 Satisfatório  
 Insuficiente  
 Suficiente
  
- 6- Você recebe orientação do profissional quanto ao princípio da entidade?  
 sim  
 Não